

MP do ICMS, defendida por Haddad, avança no Congresso após desidratação

Uma comissão mista do Congresso, formada por deputados e senadores, aprovou na tarde da quinta-feira (14) o relatório da MP (medida provisória) que altera as regras de subvenção do ICMS, uma vitória para o governo Lula (PT).

A votação ocorreu após semanas de negociação entre o Executivo e o Legislativo o que levou ao adiamento da apresentação do relatório diversas vezes e num momento em que os parlamentares condicionaram a aprovação da matéria ao cumprimento de acordos por parte do Palácio do Planalto, principalmente os que tratam dos vetos presidenciais.

Para que o texto fosse aprovado, a equipe do ministro Fernando Haddad (Fazen-

da) também teve que fazer uma série de alterações na proposta original, na tentativa de destravar sua votação no Congresso, colocando dúvidas sobre as projeções originais de arrecadação.

A MP do ICMS é considerada a principal medida da agenda defendida por Haddad na reta final do ano para elevar a arrecadação federal. A pasta projetou inicialmente que a matéria pode gerar R\$ 35 bilhões aos cofres públicos em 2024 (sem considerar os R\$ 10 bilhões das mudanças no JCP, que passam a integrar o texto).

Foram 17 votos favoráveis e 8 contrários na comissão mista. A matéria agora precisa ser apreciada nos plenários da Câmara e do Senado. A expectativa é que a tramitação seja concluída até a

próxima semana, antes do fim do ano legislativo (no dia 22).

Logo no começo da sessão do colegiado desta quarta (14), o senador Esperidião Amin (PP-SC) criticou o fato de a comissão ter se reunido enquanto ocorre uma sessão do Congresso Nacional.

“Está havendo votação no Congresso. Acho que deliberação enquanto houver votação no Congresso de temas muito relevantes, hoje é um dia de gala. Não pode haver deliberação nessa comissão. Mas, se houver, além de recorrer na forma da questão cabível, quero externalizar o meu voto contrário à matéria, condicionado à sua legal votação.”

Outros parlamentares reforçaram o coro e disseram que entrariam em obstrução.

Victoria Azevedo/Folhapress



Economia



Indústria projeta PIB de 1,7% para 2024 e alta de 3% neste ano

Página - 03

Leilão recorde de R\$ 22 bi reforça debate sobre alta de custos na conta de luz

Página - 03



A mais nova invenção dos “professores pardais” da Randon

Página - 08

wowtickets.com começa a operar no Brasil e espera atingir 2 milhões de clientes até o fim de 2024

Página - 08

Política

Congresso derruba veto de Lula no arcabouço após acordo com governo

Página - 04

Procuradoria vê ‘afrenta’ em decreto de Tarcísio que facilita privatização da Sabesp

Página - 04



No Mundo

Guerra da Ucrânia só acaba quando Rússia vencer, diz Putin



Com a confiança renovada após uma série de boas notícias no campo de batalha e na política, Vladimir Putin afirmou na quinta (14) que a Guerra da Ucrânia só vai acabar quando a Rússia “atingir seus objetivos, que não mudaram” desde a invasão do vizinho em fevereiro de 2022.

“Vou lembrá-lo do que estamos falando: a desnazificação da Ucrânia, sua desmilitarização, seu status neutro”, afirmou ao responder uma questão na sua entrevista coletiva de fim de ano, tradição que havia sido quebrada no ano passado, sob o peso do insucesso russo na guerra naquele momento.

Putin fundiu o evento com outro, a tomada de perguntas

de cidadãos selecionados por toda a Rússia, e encheu o pavilhão de congressos Gostini Dvor (“sala de estar”), a um quarteirão do Kremlin, com 600 jornalistas inclusive alguns ocidentais, que também têm as eventuais questões submetidas ao governo antes de fazê-las. Tudo isso visou dar um verniz de renovado ímpeto ao russo, não por acaso uma semana após ele dizer que irá disputar a reeleição em março, um segredo de polichinelo, mas tudo dentro do teatro político. A Ucrânia até tentou aguar o chope de festa lançando nove drones contra Moscou na madrugada, mas eles foram abatidos.

Putin falou como se estivesse nos dias de abertura da guerra, quando parecia que

ia conquistar Kiev em horas percepção dividida com o Ocidente, que, quando viu o fracasso tático dos russos, com tropas insuficientes e técnicas obsoletas, colocou todas as fichas na resistência de Volodimir Zelenski. “Sobre a desmilitarização, se eles não quiserem chegar a um acordo, então nós seremos forçados a tomar outras medidas, incluindo militares. Ou iremos concordar sobre certos termos”, afirmou, dizendo que a Rússia estava pronta para isso nas conversas que ocorreram com os ucranianos em Istambul, que foram abandonadas por Kiev porque implicariam tornar o país uma área neutra entre Moscou e a Otan, além de prever perda territorial.

Igor Gielow/Folhapress

Nicolás Maduro e Irfaan Ali se reúnem pela 1ª vez para discutir Essequibo



O ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, e o presidente da Guiana, Irfaan Ali, reúnem-se na quinta-feira (14) pela primeira vez para tentar estabelecer um diálogo sobre a disputa pelo território de Essequibo.

Realizada no país caribenho de São Vicente e Granadinas, a reunião acontece após o aumento da tensão na disputa regional, agravada pelo plebiscito promovido pelo regime venezuelano em 3 de dezembro.

Na votação, em que as cinco questões favoreciam uma resposta simpática aos interesses de Caracas, 96%

dos eleitores teriam votado favoravelmente à criação de um novo estado em Essequibo e da concessão de nacionalidade venezuelana aos 125 mil habitantes da região.

Dois dias antes do plebiscito, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) exortou a Venezuela a não anexar o território. O guianense Ali tem dito que a CIJ a responsável por “decidir a controvérsia sobre as fronteiras entre Guiana e Venezuela”. “Nos mantemos firmes nesta questão”, escreveu ele em redes sociais.

“Venho aqui para buscar, pela única via possível, o caminho do diálogo e da negociação, soluções efetivas”,

disse Maduro à imprensa ao chegar a Kingstown, a capital de São Vicente e Granadinas.

“Trago os fatos comigo”, afirmou Ali, citado pela mídia guianense.

A reunião é promovida pela Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e pela Caricom, com o apoio do Brasil, em meio à crescente preocupação com os cada vez mais duros confrontos verbais entre os dois governantes sobre o Essequibo, uma área de 160.000 km² rica em petróleo e outros recursos naturais, administrada por Georgetown e reivindicada por Caracas.

Folhapress

Quase metade das munições que Israel lançou em Gaza não tinha poder de precisão, diz CNN

Quase metade das munições que o Exército de Israel usou na Faixa de Gaza desde o início da atual campanha aérea não era guiada, afirma a emissora americana CNN na quinta-feira (14). Por ter menos precisão, esse tipo de bomba representa uma ameaça maior aos civis.

A informação é atribuída a um relatório da Diretoria de Inteligência Nacional dos Estados Unidos, que teria sido visto por três pessoas ouvidas pela TV em condição de anonimato. O documento indica que, das 29 mil bombas lançadas por Tel Aviv, 40% a 45% seriam desse tipo, sustentam elas.

Consultado pela CNN, um porta-voz do Exército de Israel, Nir Dinar, disse que não fala sobre os tipos de munição utilizados na guerra.

Em pouco mais de dois meses, o conflito no denso território palestino, onde moram 2,2 milhões de pessoas, matou mais de 18 mil e feriu pelo menos 50 mil, se-

gundo o Ministério da Saúde de Gaza, controlado pelo Hamas. A guerra teve início no dia 7 de outubro, quando a facção terrorista atacou o sul de Israel e fez 1.200 vítimas.

Desde então, chegam do território relatos de prédios residenciais, hospitais e ambulâncias atingidos, além de cenas de crianças gravemente feridas sendo atendidas no chão dos centros de saúde -em sua maioria, colapsados após as restrições de combustível, suprimentos e água impostos por Tel Aviv.

Israel alega que toma medidas para proteger os civis. Na quarta-feira (13), por exemplo, a major israelense Keren Hajoiff afirmou que o Exército está comprometido com o direito internacional e com um código de conduta moral. “Estamos dedicando vastos recursos para minimizar os danos aos civis que o Hamas forçou a desempenhar o papel de escudos humanos. A nossa guerra é contra o Hamas, não contra o povo de Gaza”, afirmou. Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Indústria projeta PIB de 1,7% para 2024 e alta de 3% neste ano



A Confederação Nacional da Indústria (CNI) projeta uma expansão da economia brasileira de 1,7% em 2024. Para este ano, a entidade espera que o Produto Interno Bruto (PIB - a soma dos bens e serviços produzidos no país) cresça 3%, o mesmo percentual do ano passado. As previsões estão no Informe Conjuntural: Economia Brasileira 2023-2024 divulgado na quinta-feira (14) em Brasília. “O resultado é positivo, mas o crescimento de 2023 não dá início a um novo ciclo de desenvolvimento”, avalia a entidade em nota. Ainda de acordo com a CNI, isso se deve porque “o PIB atual foi construído sobre fatores conjunturais excepcionais, como o expressivo crescimento do PIB da agropecuária, e com

queda dos investimentos produtivos”.

Na indústria de transformação e de construção, a previsão de crescimento para 2024 é mais modesta, com 0,3% e 0,7%, respectivamente. A alta, no entanto, recupera as quedas verificadas em neste ano. A indústria de transformação deve encerrar 2023 com queda de 0,7%. A indústria da construção, por sua vez, deve ter um recuo de 0,6%. Em 2023, a entidade aponta que o consumo das famílias terá um crescimento de 2,6% e que o investimento vai ter um recuo de 3,5%. A análise da CNI indica, portanto, que a taxa de investimento, que é a relação entre a formação bruta de capital fixo e o PIB, caiu para 18,1%, ante 19,3%, em 2022.

“Essa queda no investi-

mento vai impedir um melhor desempenho nos próximos anos. Por isso, o Brasil precisa de uma estratégia de médio e longo prazo para sustentar taxas de investimento iguais ou superiores a 20% do PIB”, propõe o documento da confederação. Para o presidente da CNI, Ricardo Alban, o crescimento sustentado da economia está diretamente ligado ao aumento do investimento. “E a agenda da economia verde, da sustentabilidade, da pesquisa e inovação, da transformação digital, indica o caminho para que o Brasil atraia indústrias e desenvolva infraestrutura para fazer a transição para uma economia de baixo carbono. O país está muito bem-posicionado para ser protagonista dessa neoindustrialização”, declarou em nota.

ABR

Reforma tributária vive impasse na reta final por causa da Zona Franca de Manaus



A cobrança da Cide (Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico) sobre bens similares aos produzidos na Zona Franca de Manaus abriu um impasse nas negociações da reforma tributária às vésperas da votação final da proposta na Câmara dos Deputados.

A medida foi incluída pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM) e aprovada pelo Senado como forma de manter as vantagens competitivas da região, mas estados como São Paulo são contra a proposta por verem risco de elevação da carga sobre algumas atividades.

A partilha dos recursos também gera divergências,

Leilão recorde de R\$ 22 bi reforça debate sobre alta de custos na conta de luz

O maior leilão de transmissão da história em termos de valores, que ocorre na sexta-feira (15), prevê a mobilização de R\$ 21,7 bilhões em investimentos para reforçar o transporte de energia no país.

O certame, no entanto, ocorre em paralelo ao debate sobre o crescente custo da transmissão na conta de luz, e a necessidade de rever o seu planejamento.

“O objetivo deste leilão é aumentar a capacidade de interligação entre as regiões Norte e Nordeste com as demais regiões do país, para ampliar a capacidade de escoamento de excedentes de geração daquelas regiões”, afirma Sandoval Feitosa, diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

“Em outras palavras, a capacidade de geração eólica e solar no Nordeste excede a carga [consumo] e, assim, linhas de transmissão são implantadas para permitir ‘exportar’ esta geração renovável para as demais regiões do país.”

Serão oferecidos três lotes em cinco estados -Goiás,

Maranhão, Minas Gerais, São Paulo e Tocantins- para a expansão de 4.471 km (quilômetros) de novas linhas, acompanhadas de reforço de subestações e conexões com o SIN (Sistema Interligado Nacional).

Há uma razão técnica para explicar por que o investimento será recorde em um número pequeno de lotes, segundo Feitosa.

“Este leilão vai contratar um sistema especial de transmissão, em corrente contínua, denominado HVDC, diferente daqueles contratados nos leilões recentes. Dada a especificidade da tecnologia, é um sistema mais caro do que o convencional em corrente alternada, e só faz sentido quando envolve grandes distâncias e grande potência, para que o ganho de escala permita alcançar o mínimo custo”, explica Feitosa.

“Este sistema permite maior controle do fluxo de energia elétrica entre as regiões, aumentando a confiabilidade da transmissão em todo o país, e também permite transmitir energia elétrica com perdas menores.”

Alexa Salomão/Folhapress



uma vez que a arrecadação da Cide ficaria carimbada para o fundo que beneficiará o Amazonas, o que tem sido considerado prejudicial pelos demais governos estaduais.

O relator da reforma tributária na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), disse em entrevista à Folha que buscava uma saída técnica para o problema.

Uma emenda ao texto tornaria necessária uma nova votação no Senado, o que seria indesejável, já que a intenção é promulgar a reforma ainda neste ano.

Por outro lado, a simples supressão do artigo deixaria um vácuo em torno da proteção à Zona Franca de Manaus opção rejeitada por senadores

que aprovaram o dispositivo.

Na manhã da quarta-feira (13), os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se reuniram para debater os pontos divergentes da reforma.

À noite, Braga esteve com Pacheco. Sem um acordo, o novo parecer da reforma não foi apresentado até o início da noite desta quarta, como era o intuito do relator.

Apesar do impasse, congressistas se mostram otimistas com a possibilidade de chegar a algum acordo para votar a proposta ainda na quinta-feira (14). O ministro Fernando Haddad (Fazenda) também disse não acreditar em atrasos.

Victoria Azevedo/Folhapress



Congresso derruba veto de Lula no arcabouço após acordo com governo



O governo Lula (PT) aceitou a derrubada de um veto ao arcabouço fiscal após um acordo com lideranças do Congresso na quinta (14). O objetivo do acerto é destravar o restante da agenda econômica.

Com isso, deixa de valer o veto do presidente a um trecho que, na prática, permitiria o bloqueio de emendas de comissões, que devem somar R\$ 11 bilhões no próximo ano.

O governo também conseguiu apoio para manter o veto de Lula ao arcabouço fiscal que permite a exclusão de despesas da meta de resultado primário na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) forma já usada em governos petistas no passado para dizer que a meta fiscal foi cumprida

da mesmo com ampliação de gastos com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

A manutenção deste trecho do arcabouço fiscal era considerada prioridade do governo Lula na sessão de vetos desta quinta. Ao vetar o item, o Palácio do Planalto argumentou que a LDO é o mecanismo competente para estabelecer e gerir as metas de resultado fiscal.

“A exclusão de despesa do cômputo da meta de resultado primário deve representar uma medida excepcional e, por esse motivo, deve ter autorização expressa na lei de diretrizes orçamentárias”, afirmava a justificativa do veto.

O plano da cúpula do Congresso, segundo líde-

res partidários, prevê que as emendas de comissão funcionem como se fossem as antigas emendas de relator que eram a principal verba de negociações políticas no governo Jair Bolsonaro (PL) e foram extintas pelo STF no fim do ano passado.

Um artigo incluído na LDO de 2024 carimba R\$ 11,3 bilhões para emendas de comissão e amplia ainda mais o poder do Congresso Nacional sobre o Orçamento do ano que vem.

Segundo líderes da base governista, também ficou acertado que deputados e senadores vão aprovar outros dois projetos econômicos da gestão petista: o das apostas esportivas e a reforma tributária que estão na Câmara dos Deputados. Victoria Azevedo/Folhapress

Procuradoria vê ‘afrenta’ em decreto de Tarcísio que facilita privatização da Sabesp

A PGR (Procuradoria-geral da República) emitiu na quarta-feira (13) um parecer defendendo que parte do decreto publicado pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) em agosto --facilitando o processo de privatização da Sabesp-- é inconstitucional.

Em manifestação enviada ao STF, a procuradora-geral interina, Elizeta Maria de Paiva Ramos, acatou parcialmente uma ação direta de inconstitucionalidade protocolada pelo PSOL e PT.

Os partidos questionaram diversas atribuições das Unidades Regionais de Abastecimento de Água e Esgotamento, que reúnem os municípios

em uma espécie de conselho deliberativo. As chamadas Uraes são consideradas um trunfo para o governo de Tarcísio, pois permitem que a renegociação e prorrogação dos contratos de todos os municípios com a Sabesp sejam feitas em bloco, em vez de individualmente. Isso facilitaria o processo de privatização da companhia.

Procurado no início desta tarde, o Governo de São Paulo não se manifestou até a publicação deste texto.

No parecer, a Procuradoria desconsiderou algumas interpretações feitas pela oposição, mas concordou que trechos do decreto de Tarcísio são inconstitucionais ao afrontar a autonomia de muni-

cípios que integram as Uraes.

Os trechos em questão tratam do peso que os representantes de estados e municípios têm nas deliberações. A PGR discordou da forma de cálculo, que atribui mais votos ao estado e à capital.

“Com efeito, concentrar poder decisório ao alvedrio de apenas um ou dois entes federativos no âmbito das unidades regionais de saneamento básico resulta tanto em afronta abstrata à autonomia dos outros municípios dela integrantes, quanto pode ensejar que sejam proferidos atos concretos dentro da mesma unidade amplamente favoráveis aos entes com maior poder de decisão”, diz o parecer. Thiago Bethônico/Folhapress

Marfer Administração de Bens Ltda.

CNPJ nº 51.334.623/0001-31 - NIRE 35.261.714.987

1ª Alteração do Contrato Social e Instrumento de Transformação

Pelo presente instrumento particular: **Maria Adalgisa Martins de Abreu**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada no Guarujá/SP; única sócia da **Marfer Administração de Bens Ltda.**, com sede no Guarujá/SP, CNPJ nº 51.334.623/0001-31; E ainda, **Marlon Cesar de Abreu**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado no Guarujá/SP. **Deliberações aprovadas: I. Da Cessão de Quotas: 1.1.** Neste ato, a sócia **Maria Adalgisa Martins de Abreu**, cede e transfere, de forma onerosa ao sócio ingressante **Marlon Cesar de Abreu**, a titularidade de 1 quota, no valor nominal de R\$ 1,00, totalmente subscrita e integralizada e no estado em que se encontra, com todos os direitos e obrigações a ela inerentes, livre e desembaraçada de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza. **1.2.** Tendo em vista a cessão acima deliberada, o cedente, o cessionário e a Sociedade outorgam de forma recíproca a mais ampla, rasa, geral e irrevogável quitação para nada mais ter a reclamar ou requerer em face destes a qualquer título ou tempo. **1.3.** Nova redação do Contrato Social: **“Cláusula 5ª” - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, integralizados pelos sócios em moeda corrente nacional, distribuído da seguinte forma: Sócio: Maria Adalgisa Martins de Abreu; Quotas: 999; Valor: R\$ 999,00; Sócio: Marlon Cesar de Abreu; Quotas: 1; Valor: R\$ 1,00; Total de Quotas: 1.000. Valor em R\$: 1.000,00. Único. - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, porém todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social.” II. Da Transformação da Sociedade de Sociedade Empresária Limitada Unipessoal para Sociedade por Ações de Capital Fechado: **2.1.** Ato seguinte, os sócios, neste ato, aprovam a transformação do tipo jurídico da Sociedade, independentemente de dissolução e liquidação, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações de capital fechado, de acordo com o disposto nos Art.s 1.113 e seguintes do Código Civil e 220 da Lei nº 6.404/76, não importando esta transformação em solução de continuidade das atividades, permanecendo em vigor todos os direitos e obrigações sociais, o mesmo patrimônio e a mesma escrituração comercial e fiscal. **2.2.** Em razão das deliberações supra, os acionistas aprovam, ainda: (i) alterar a denominação social de **Marfer Administração de Bens Ltda.** para **Marfer Administração de Bens S.A.**; (ii) consignar que o objeto social da Companhia compreenderá a atividade de Holding de Instituições não financeiras, CNAE nº 6462-0/00; (iii) consignar que o capital social da Companhia permanecerá inalterado, no valor de R\$ 1.000,00, totalmente subscrito e integralizado, que, em virtude da transformação, passará a ser representado por 1.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e na mesma proporção anteriormente detidas. (iv) consignar que a Sociedade será administrada por uma Diretoria composta por um ou mais membros, acionistas ou não, todos Diretores sem designação específica sendo permitida a reeleição. Neste mesmo ato, a Sra. **Maria Adalgisa Martins de Abreu**, já qualificada, é eleita para o cargo de **Diretora sem designação específica** e com um mandato unificado de 3 anos, contados a partir da data de assinatura do termo de Posse que compõe e presente instrumento. **1.1.** A Diretora, ora nomeada, toma posse neste ato mediante a assinatura deste instrumento e declara sob a pena da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. **1.2.** Os acionistas aprovam, sem ressalvas, a redação do Estatuto Social. **1.3.** Autorizada a Diretoria a praticar todos atos necessários para efetivar as deliberações acima. Guarujá, 10/08/2023. JUCESP/NIRE nº 3530062690-7 em 16/11/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. JUCESP nº 431.727/23-5 em 16/11/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

Itochu Brasil S.A.

CNPJ/FM nº 61.274.155/0001-00 - NIRE 35.300.014.723

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de dezembro de 2023

Data, Hora e Local: Em 04/12/2023, às 10h00, em sua sede social, na Avenida Paulista, nº 37 - 19º andar, Cjs. 191 e 192, Vila Mariana, São Paulo-SP. **Presença:** Representantes da totalidade do Capital Social, dispensada a Convocação. **Mesa:** Presidente: Hisakazu Yamaguchi; Secretário: Katsuhiko Kimura. **Ordem do Dia:** (01) Nomeação do Sr. **Kai Ando** ao cargo de Diretor Gerente; (02) Aprovação do pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas; e (03) Outros assuntos do interesse da sociedade. **Deliberações tomadas por unanimidade: 01)** A nomeação do Sr. **Kai Ando**, RNM nº F828111-M, CPF/MF nº 118.507.831-28, ao cargo de Diretor Gerente, no qual declara que não está impedido de exercer o comércio ou a administração da sociedade, em virtude de condenação criminal, e com mandato a expirar junto com os demais diretores, previsto para 30/04/2025; **02)** O pagamento de juros sobre o capital próprio, apurados no Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2022 no montante bruto equivalente a R\$ 3.590.000,00 e líquido de R\$ 3.141.232,04, distribuído aos acionistas na proporção das ações possuídas, e colocado à disposição dos acionistas, a partir desta data. **Itochu Corporation - Participação (%) * Valor Aproximado:** 99,996, **Juros Sobre Capital (Valor Bruto em Reais):** 3.589.856,38, **Aliquota IRRF (%):** 12,5%, **IRRF (Valor em Reais):** 448.732,10, **Juros Sobre Capital (Valor Líquido em Reais):** 3.141.124,28. **Itochu Latin America S.A. - Participação (%) * Valor Aproximado:** 0,004, **Juros Sobre Capital (Valor Bruto em Reais):** 143,62, **Aliquota IRRF (%):** 25%, **IRRF (Valor em Reais):** 35,86, **Juros Sobre Capital (Valor Líquido em Reais):** 107,76. **Total Participação (%):** * **Valor Aproximado:** 100, **Juros Sobre Capital (Valor Bruto em Reais):** 3.590.000,00, **Aliquota IRRF (%):** -, **IRRF (Valor em Reais):** 448.767,96, **Juros Sobre Capital (Valor Líquido em Reais):** 3.141.232,04. **03)** Não foram tratados outros assuntos. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata. São Paulo, 04/12/2023. Hisakazu Yamaguchi - Presidente da Mesa; Katsuhiko Kimura - Secretário da Mesa. Acionistas: **Itochu Corporation** Pp. Hisakazu Yamaguchi; **Itochu Latin America S.A.** Pp. Hisakazu Yamaguchi. JUCESP - Registrado sob o nº 463.811/23-9 em 11/12/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

FCBPC Holding S.A.

CNPJ/MF nº 45.240.072/0001-44 - NIRE 35.300.586.239

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2023

Data/Hora/Local: 27/11/2023, 10hs, de forma semipresencial, na sede social da Companhia. **Convocação e presença:** Publicado no Jornal "Data Mercantil" nos dias 15, 17 e 18/11/2023. A presença de acionistas titulares de 329.306.065 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando 98,445% do capital social total e votante da Companhia. **Mesa:** Presidente, Sr. **Henrique Coelho Casotti**; Secretário, Sr. **Paulo Henrique Signori Pinese**. **Deliberações aprovadas: 6.1.1.** Consignar que, no âmbito da AGE 22.09.2023 e AGE 27.10.2023 nos seguintes termos: **6.1.1.** Consignar que, no âmbito da AGE 22.09.2023, (i) a totalidade de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal detidas pelos acionistas presentes à AGE 22.09.2023; e (ii) a quantidade de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia detidas por cada um dos acionistas presentes à AGE 22.09.2023, bem como os respectivos percentuais de participação no capital social da Companhia. **6.1.2.** Consignar que, no âmbito da AGE 27.10.2023, (i) a totalidade de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal detidas pelos acionistas presentes à AGE 27.10.2023; e (ii) a quantidade de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia detidas por cada um dos acionistas presentes à AGE 27.10.2023, bem como os respectivos percentuais de participação no capital social da Companhia, de forma que o "item 3. Presença" da AGE 27.10.2023 passará a vigorar com a seguinte redação: "3. Presença: Os membros da Mesa (indicados abaixo) atestam a presença de acionistas titulares de 321.031.401 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando 98,405% do capital social total e votante da Companhia, que compareceram de forma presencial ou remota à presente Assembleia, por meio de acesso ao link do aplicativo de videoconferência Microsoft Teams, disponibilizado pela Cia., conforme estabelece a IN DREI 81, o que garante a efetiva participação e voto à distância dos acionistas. Os acionistas apresentaram os documentos de representação pertinentes à Companhia. Os acionistas declararam concordar com a gravação do conclave e com a utilização do acesso digital indicado pela Companhia, consignando que o sistema atende aos requisitos estabelecidos na IN DREI 81, bem como atestam que seus direitos foram preservados". Nada mais. SP, 27/11/2023. JUCESP nº 463.629/23-1 em 11/12/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CIP S.A.

CNPJ/MF nº 44.393.564/0001-07 - NIRE 35.300.582.781

Edital de Cancelamento da Assembleia Geral Extraordinária Convocada para o dia 15 de dezembro de 2023

Ficam informados os senhores acionistas da CIP S.A. ("Companhia" ou "Núcleo") acerca do cancelamento da Assembleia Geral Extraordinária que ocorreria no dia 15 de dezembro de 2023, às 16:00 horas, em formato digital e transmitida por meio da plataforma "Microsoft Teams". O cancelamento da Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 13 de dezembro de 2023, e foi motivado pela necessidade de melhor avaliar as recomendações e comentários recebidos de acionistas da Companhia acerca de determinados itens da ordem do dia da Assembleia Geral ora cancelada, sempre no melhor interesse da Companhia. Em razão do cancelamento da Assembleia Geral Extraordinária, ficam sem efeito o Edital de Convocação publicado no Jornal Data Mercantil nos dias 10, 11 e 14 de novembro, bem como os boletins de voto à distância relacionados com a Assembleia Geral Extraordinária ora cancelada e enviados pelos acionistas da Companhia, os quais serão descartados. São Paulo, 13 de dezembro de 2023. **Ede Ilson Viani** - Presidente do Conselho de Administração

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br



Alvorecer – Associação de Socorros Mútuos

CNPJ/MF nº 62.511.019/0001-50

Edital de Instalação de Procedimento de Exclusão de Associados

Nos termos do art. 9º, I, "e", e parágrafo primeiro, do Estatuto Social, ficam os associados titulares das matrículas abaixo indicadas intimados da instauração de procedimento de exclusão em razão do não comparecimento a duas assembleias consecutivas.

Table with 16 columns of Matricula numbers, listing various identification numbers for the association's members.

Fica assegurada aos associados a apresentação de defesa, nos termos do parágrafo segundo do referido dispositivo legal. São Paulo, 03 de novembro de 2023. Dr. Silvio José Ferraz Tavares - Presidente



Alvorecer - Associação de Socorros Mútuos

CNPJ/MF nº 62.511.019/0001-50

Edital de Instauração de Procedimento de Exclusão de Associados

Nos termos do art. 9º, I, "e", e parágrafo primeiro, do Estatuto Social, ficam os associados titulares das matrículas abaixo indicadas intimados da instauração de procedimento de exclusão em razão do não comparecimento a duas assembleias consecutivas.

Table with 16 columns of Matricula numbers, listing various identification numbers for the association's members.

Fica assegurada aos associados a apresentação de defesa, nos termos do parágrafo segundo do referido dispositivo legal.

São Paulo, 03 de novembro de 2023.

Dr. Silvio José Ferraz Tavares - Presidente



Alvorecer – Associação de Socorros Mútuos

CNPJ/MF nº 62.511.019/0001-50

Edital de Instauração de Procedimento de Exclusão de Associados

Nos termos do art. 9º, I, "e", e parágrafo primeiro, do Estatuto Social, ficam os associados titulares das matrículas abaixo indicadas intimados da instauração de procedimento de exclusão em razão do não comparecimento a duas assembleias consecutivas.

Table with 16 columns of Matricula numbers, listing various identification numbers for the association's members.

Fica assegurada aos associados a apresentação de defesa, nos termos do parágrafo segundo do referido dispositivo legal.

São Paulo, 03 de novembro de 2023.

Dr. Sílvio José Ferraz Tavares - Presidente

Negócios

A mais nova invenção dos “professores pardais” da Randon



A Randon encontra-se em fase de testes de seu inaugural veículo autônomo. Contudo, trata-se de algo distinto de um caminhão autônomo da renomada fabricante de carretas, freios e suspensões de Caxias do Sul. A Randon não busca concorrer com as montadoras, as quais são suas principais clientes no fornecimento de autopeças.

De acordo com o CEO Sérgio Carvalho, o veículo em questão assemelha-se a um “tratorzinho”, projetado para movimentar carretas em ambientes controlados, dispensando intervenção humana. Carvalho descreve a funcionalidade do veículo em um cenário específico, onde a carreta precisa ser deslocada para a área de estacionamento. O “tratorzinho” posiciona-

-se, engata a carreta e a conduz até o local desejado sem necessidade de intervenção humana.

O CEO enfatiza que esse veículo, uma solução integrada de hardwares, inteligência artificial e machine learning, está próximo do nível 5 de automação, o mais elevado, e prevê sua chegada ao mercado nos próximos dois anos.

Essa inovação em veículos autônomos é apenas um dos frutos do trabalho dos engenheiros e cientistas do Instituto Hercílio Randon, criado pela empresa em 2017 como a primeira instituição brasileira de ciência e tecnologia voltada ao setor automotivo, juntamente com o Centro Tecnológico Randon. Ao todo, 290 profissionais, em sua maioria mestres e doutores, integram essas iniciativas.

Carvalho destaca a transformação trazida por esse grupo para a empresa, ressaltando a importância de permitir que esses profissionais inovem sem a pressão de metas mensais ou trimestrais. O foco é buscar a disrupção no setor automotivo e explorar atividades que complementem o negócio das montadoras.

Um exemplo é a área de materiais compósitos, vista pelo CEO como tendo grande potencial. O uso de materiais compósitos, que combinam diferentes materiais para criar produtos mais resistentes, já rende à Randon receitas substanciais. Destaca-se um aditivo nanoestruturado com nióbio, desenvolvido recentemente, que aumenta a resistência à corrosão em materiais como aço, ferro e alumínio.

Brazil Journal

wowtickets.com começa a operar no Brasil e espera atingir 2 milhões de clientes até o fim de 2024



A wowtickets.com, site e aplicativo de venda de passagens aéreas, anunciou que vai iniciar suas operações no Brasil. A empresa foi criada em 2014 pelo empreendedor britânico Dmitrijus Konovalovas e, desde então, demonstra interesse em trazer a proposta para o Brasil.

Atualmente, a wowtickets.com está disponível em cinco países, além do Brasil, e os clientes podem reservar voos para qualquer destino. Segundo a empresa, os custos são relativamente mais baixos. A empresa tem parceria com mais de 400 companhias

Suno anuncia aquisição da Eleven Financial

O Grupo Suno concretizou a aquisição da Eleven Financial Research, uma renomada casa de análises anteriormente controlada pela Modalmais desde 2021. A Modalmais, por sua vez, foi adquirida pela XP em janeiro do ano passado.

O anúncio da aquisição da Eleven Financial pela Suno foi feito na quinta-feira (7), marcando um acontecimento significativo na indústria de casas de análises no Brasil.

A equipe da Eleven, liderada por Raphael Figueiredo (CEO) e Carlos Daltozo (Head de Renda Variável), é especializada no atendimento tailor-made ao segmento B2B.

Com essa transação, a Eleven passará a integrar o ecossistema de soluções financeiras da Suno, desempenhando o papel de casa de análise dedicada a atender investidores institucionais, como assessores de investimentos, bancos, plataformas, fundações, gestoras e family offices.

As marcas Suno Research e Eleven Financial man-

terão sua independência, preservando suas identidades distintas e oferecendo uma ampla variedade de serviços.

Em outras palavras, as operações permanecerão separadas, com sedes e equipes próprias, cada uma focada em atender seu público-alvo específico.

A liderança também será mantida, com Raphael Figueiredo e Carlos Daltozo liderando as operações da Eleven.

Com a incorporação da Eleven, a sinergia entre os negócios possibilitará oferecer um serviço ainda mais personalizado para os clientes B2B.

Essa parceria estratégica está alinhada à visão da Suno de agregar mais valor aos acionistas, consolidando sua posição de liderança no mercado financeiro brasileiro.

Tiago Reis, Chairman e Fundador da Suno, destaca a natureza estratégica da aquisição, fortalecendo o ecossistema da empresa e contribuindo para a missão de oferecer uma gama completa de serviços e produtos aos clientes.

Suno



áreas, como, por exemplo, Etihad, Turkish Airlines, Emirates, Lufthansa, entre outros.

Dmitrijus explica que a proposta da wowtickets.com é fazer com que as pessoas não precisem navegar por diversos sites para encontrar o voo ideal, pois a plataforma já faz isso para o usuário.

No Brasil, quem está a frente da empresa é Milena Santos, Gerente Local da wowtickets.com. Ela conta que no País a wowtickets.com quer construir uma base de mais de 2 milhões de clientes até dezembro de 2024 e, para isso, a plataforma está fazendo investimentos, como,

por exemplo, parceria com influenciadores, programa de afiliados, divulgação em grandes mídias, entre outras ações.

Além do preço competitivo, a wowtickets.com anuncia que pode oferecer aos usuários brasileiros conexões de voos exclusivas com o mundo por meio da combinação de companhias aéreas não parceiras. Dmitrijus explica que a proposta da wowtickets.com é fazer com que as pessoas não precisem navegar por diversos sites para encontrar o voo ideal, pois a plataforma já faz isso para o usuário.

IstoÉDinheiro